



RELIGIÃO NÃO SE DISCUTE: A INTOLERÂNCIA CONTRA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA ESCOLA

Thaís de Oliveira e Silva

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: thaisblos@gmail.com

Dtr^a. Patrícia Cristina Aragão Araújo

Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Email: cristina-aragao21@hotmail.com

Resumo

O nosso sistema é ensino homogeneizador, a diversidade é um desafio dentro da sala de aula, pois também é assim na sociedade. A liberdade de culto é obrigatória por lei, mas mesmo assim não existe o respeito das religiões cristãs que são predominantes pela diversidade das religiões de matriz africana. A intolerância religiosa contra essas religiões deve ser discutido em todas as instâncias principalmente dentro da sala de aula. Devido a nossa diversidade cultural, com destaque para a religiosa, justificamos a importância de debater esta temática, considerando o papel da educação na construção do respeito à diferença e a liberdade de culto, nos propomos neste trabalho compreender a ausência das temáticas que abordem as religiões de matriz africana na escola e como isto é reflexo das relações sociais e culturais da sociedade brasileira atentando para a importância da promoção do respeito e reconhecimento da diversidade religiosa nesse país. Nosso objetivo neste trabalho é analisar o silêncio sobre esta temática na escola e sobre como isto repercute na perpetuação dos estereótipos e na permanência dos preconceitos. Esta análise é feita a partir de questionários aplicados com os alunos do 1º ano do Ensino Médio de uma escola da rede Estadual de ensino da Paraíba que se localiza no município de Alagoa Nova, a turma é composta por trinta e quatro alunos, dos quais todos fizeram parte da pesquisa, também utilizamos a análise dos Documentos Oficiais Brasileiros que estão discutindo esta temática com ênfase na Base Comum Nacional Curricular. Percebemos nesta pesquisa que existe uma concepção já formada do outro, ou seja, um preconceito que teve origem no nosso passado colonial, e é desafiador romper com estes estereótipos que já são parte do senso comum que se nega a conhecer e entender o outro.

Palavras- chave : Educação para as relações étnico-raciais, Religiões de Matriz Africana, Intolerância Religiosa.



INTRODUÇÃO

O processo colonizador pelo qual nosso país esteve exposto por mais de três séculos respingou em toda formação da sociedade brasileira, no que se refere à política, a economia e também as relações sociais. Portanto, para falar sobre as desigualdades sociais no Brasil hoje temos de voltar a este passado colonial e compreender que uma elite agrária, branca, escravocrata e cristã concentrou o poder político e econômico e que também foi responsável pela hierarquização da sociedade brasileira baseada na cor, o que nos aponta a desigualdade socioracial. De acordo com Gevanilda Santos (2009) a desigualdade socioracial existe no Brasil, pois se observarmos do ponto de vista da formação da população, à medida que sobem as camadas sociais vão embranquecendo na pirâmide social. Isto nos mostra que a maioria da população das camadas pobres são negras, e esta desigualdade se perpetua, herdeira da sociedade paternalista e etnocêntrica que se mantém no poder econômico e político neste país.

De acordo com Santos (2009) as leis que favoreceram o combate ao racismo no Brasil aconteceram em um processo lento e gradual devido à pressão social com a organização do Movimento Negro, desde a década de oitenta, durante o processo de redemocratização, a exemplo Lei nº 7.716/1989, que ficou conhecida como Lei Caó e determinava o racismo como crime (2009, p.79). Para combater o racismo e valorizar a cultura e história do negro e do índio neste país, medidas vêm sendo tomadas pelos últimos governos, e a educação é um dos cenários aonde estas medidas vêm sendo implementadas.

A Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que juntamente com o MEC elaborou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) determina a criação de turmas de formação continuada voltada para os professores para o estudo das relações sociais e raciais no Brasil (SECADI,2004,p.97) de professores também que resultou no curso de Especialização em Educação Para as Relações Étnico-Raciais que é um exemplo do combate desta desigualdade social e cultural no nosso país através da educação.

Após a aprovação da lei n ° 10.639/2003¹ e a lei nº 11.645/08² aos poucos os conteúdos referentes ao estudo da História e Cultura africana e afro-brasileira vem sendo inseridos nas aulas de História. A lei foi aprovada há treze anos, mesmo assim ainda observamos como desafio tratar

¹ Que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira.

² Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena



desta questão em sala de aula principalmente no que se refere às religiões afro-brasileiras o que justifica a escolha deste tema para a escrita deste trabalho. Discutiremos as relações sociais baseadas na cor da pele e suas implicações no Brasil com base em Gevanilda Santos (2009), sobre o Racismo na escola dialogamos com Kabelengue Munanga (2005) e Preconceito Racial de acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, também debateremos sobre Educação para os Direitos Humanos, Igualdade, Diferença na escola com base em Vera Maria Candau e Suzana Beatriz Sacavino (2013) e Abdeljalil Akkari e Mylene Cristina Santiago (2015) além de utilizarmos a análise dos Documentos Oficiais Brasileiros que estão discutindo esta temática.

No Brasil temos as seguintes religiões de matriz africana: candomblé, umbanda, xangô pernambucano, batuque gaúcho, tambor de mina maranhense, os cultos afro-ameríndios (jurema, toré, catimbó, babassuê e pajelança). (FELINTO,2012). Porém todas são generalizadas no que se refere ao preconceito e intolerância. Os materiais didáticos que são utilizados em sala de aula em sua maioria só citam uma ou duas dessas religiões e se detém apenas ao sincretismo religioso associando-as ao catolicismo. Pensando nisso consideramos de extrema importância promover a escola enquanto um espaço de debate e de construção de conhecimento sobre estas religiões, pois como observamos, elas são invisibilizadas em sala de aula.

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO

Faz parte dos Direitos Humanos a garantia do respeito à diversidade cultural, nisto incluímos a religião, já que esta é uma prática cultural (CHARTIER *apud* FLEURI,2013). Consideramos a escola como um lugar de promoção dos Direitos Humanos, com isto estamos incluindo o respeito à diversidade religiosa e liberdade de culto. Porém, com a existência do preconceito isto acaba se tornando um desafio, não observamos na sociedade e por consequente na escola o respeito e reconhecimento da liberdade de culto, uma vez que uma criança ou um adolescente praticante das religiões afro-brasileiras venha a se sentir marginalizado ou excluído na maioria das vezes, devido à ausência destas discussões em sala de aula através dos conteúdos e da prática pedagógica (*ibidem*,2013).

A própria comunidade escolar desconhece/reconhece a diversidade religiosa. Na escola há uma intolerância entre os discentes e também entre os docentes e isto é preocupante, pois o aluno que é praticante de alguma dessas religiões além de sofrer com a ação dos colegas também pode vir a ser vítima dos próprios professores. É papel da educação desconstruir estes estereótipos a



partir do conhecimento, levar os nossos alunos a ultrapassar a fronteira, sair do seu mundo para conhecer o outro e assim superar o preconceito.

Através da educação para as relações étnico-raciais, vemos a possibilidade de exercer uma nova prática pedagógica, que promova um diálogo com relação à questão do respeito à diferença em sala de aula, enfocando na problematização desses estereótipos, investigando como foram criados a partir da análise de todo um processo histórico, onde nas aulas de história, possamos levar nossos alunos a indagar sobre quais interesses haviam por trás dos discursos que foram produzidos na intenção de negativizar e demonizar as religiões de matriz africana. A educação para as relações étnico-raciais é a base para trazer a luz a questões como esta, que estão calcadas em nossa sociedade e que tendem a serem naturalizadas no discurso no discurso monocultural e dominador.

Portanto “o estudo, a pesquisa e o diálogo sobre a diversidade cultural religiosa se apresentam como um dos elementos para a formação integral do ser humano que podem encaminhar vivências fundamentais no conhecer, respeitar e conviver com os diferentes e as diferenças.” (FLEURI, 2013, p.20) Conhecer e respeitar a diversidade cultural religiosa é estabelecer a dignidade humana e promover os Direitos Humanos.

No questionário feito com trinta e quatro alunos do primeiro ano do ensino médio da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Borges, que se localiza na cidade de Alagoa Nova, é possível perceber este silêncio logo nas respostas da primeira pergunta: Você sabe o que quer dizer o termo “Religião de Matriz Africana?” onde vinte e sete dos entrevistados não souberam responder e três optaram por não responder.

A maioria desconhece até o termo “religiões de matriz africana”, acreditamos que isto está relacionado ao senso comum do brasileiro onde estas não são nem consideradas religiões. Para descrever as religiões citadas no questionário percebemos a utilização de termos pejorativos e que são estereótipos atribuídos a estas religiões, “macumba” e “bruxaria”, também falas que apontavam estas religiões associadas ao mal, no referente ao sacrifício de animais e contato com espíritos.

A invisibilidade e marginalização que as religiões afro-brasileiras são produto de um racismo cultural. Onde observamos a desvalorização da cultura negra, de origem africana que está associada ao racismo, ao preconceito de cor, mas que não está apenas restrito a isto, pois, como coloca Gevanilda Santos (2009), também é social, onde o negro esta relacionado à pobreza. Portanto o preconceito com as religiões de matriz africana é consequência de um racismo sociocultural. De acordo com Antônio Olímpio de Sant’Ana:



Preconceito é uma opinião preestabelecida que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular ele permeia toda a sociedade tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido também, como uma indisposição, um julgamento prévio negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT'ANA, 2013,P.64)

O estereótipo segundo o autor é a prática do preconceito, pois é a sua manifestação comportamental. O estereótipo padroniza um comportamento e o aplica como determinante a um grupo e isto resulta em um preconceito que o justifica ou legitima. Na penúltima pergunta do questionário perguntamos ao aluno se ele conhecia alguém que era praticante dessas religiões dos quais treze responderam que sim e maioria disse não conhecer. Observamos que não existe uma diferença nas respostas e na utilização de termos pejorativos e estereotipados entre estes alunos que responderam conhecer pessoas praticantes dessas religiões e os demais que disseram não conhecer o que pressupõe a inexistência de uma tentativa de conhecer o outro ou de respeito ao seu direito e liberdade de culto, pois continuam reproduzindo o discurso da sociedade que negativiza as religiões de matriz africana.

Para buscar um equilíbrio que relativize as diferenças devemos questionar, identificar e desconstruir nossas suposições para construir novas relações com as questões vinculadas às identidades e às diferenças na sala de aula, devemos discutir com os alunos como as diferenças são construídas socialmente e culturalmente com base nas relações de poder. (AKKARI e SANTIAGO; 2015)

De acordo com Vera Maria Candau e Suzana Beatriz Sacavino (2015) se faz necessário discutir sobre a igualdade e a diferença na escola é possível perceber o lugar do sujeito em um ambiente padronizado e homogeneizado que se nega a dialogar com a perspectiva da diversidade. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana trás como uma das atribuições para o Ensino Médio a contribuição “para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educando o entendimento de nossa estrutura social desigual.” (SECADI, 2013,p.51).

Podemos observar através da análise dos questionários aplicados que há uma ausência de conhecimento sobre as religiões de matriz africana, cabe aqui destacar que concebemos a religião como cultura, e que estas religiões fazem parte da nossa diversidade cultural. Dada esta análise, percebemos que o problema pode está justamente na escola por negar a reconhecer estas diferenças e isto inclui a diversidade religiosa. A religião não se discute, queremos obrigar o outro a se



adequar, mas não queremos ser obrigados a nos adequar. Cabe aqui apontar o projeto de lei Escola sem Partido e sua interferência na escola baseada em uma ideologia conservadora que negativiza as diferenças e impõe um modelo hegemônico de educação.

Observamos como o silêncio da própria discussão sobre a diversidade religiosa brasileira no que se refere às religiões de matriz africana está relacionada ao preconceito da comunidade que faz parte da escola, da própria sociedade em si. A resistência em lidar com estas discussões, não é só por parte dos alunos, mas também do próprio professor, gestores e pais.

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.17)

Sabemos o quanto é desafiador em sala de aula ao lidar com a temática das religiões de matriz africana, por isto temos de nos voltar para desconstrução do preconceito. Observamos o outro através de nós mesmo, fazemos uma concepção deste através do nosso próprio reflexo, sem levar em consideração o Outro enquanto sua identidade sócio-histórico-cultural. O diferente pode ser concebido como uma ameaça à ordem trazida pela tentativa de homogeneização, “*por isso, inúmeras são as tentativas de desqualificação, superposição, desvalorização, anulação, negação, e exclusão dos diferentes.*” (FLEURI, 2013, p.23) Na escola os termos pejorativos associados a essas religiões continuam se repetindo porque não há como construir uma problematizar de maneira pedagógica sem que a comunidade escolar perceba que a escola é o lugar de construção e valorização da dignidade humana independente de raça, etnia, religião e gênero. São várias identidades em conflitos porque não são respeitadas em suas especificidades, são generalizadas.

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A educação passa por um momento de crise onde observamos a presença do discurso hegemônico/neoliberal que propõem solução de caráter gestacional/empresarial para melhorar a qualidade da educação. As políticas públicas que buscam a qualidade da educação não são só mais construídas e pensadas pelo o Estado com apoio do capital privado, mas agora é cada vez mais comum o contrário. Estas empresas e organizações filantrópicas se mesclam para elaborar políticas em parceria com o Estado em seus empreendimentos propondo as soluções para superar esta crise



no campo da educação, e desta maneira deslocam impostos para suas fundações (MACEDO, 2014, p. 11).

No livro Educação Temas em Debate, Vera Maria Candau abre espaço para discutir a tensão entre igualdade e diferença no contexto escolar. Para a autora o que nós temos nos processos educacionais é uma igualdade associada a concepção de homogeneização. No espaço escolar hoje a igualdade é confundida com a padronização, isto se dá devido a pressuposto que todos os cidadãos são considerados iguais perante a lei e é papel da escola construir essa igualdade nos processos pedagógicos que tem caráter monocultural. Neste contexto nós temos a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular que atualmente está sendo proposta pelo Ministério da Educação, mas que já vem sendo pensada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. A discussão desta proposta é de extrema importância para pensar as relações étnico-raciais, pois o BNCC trás propostas sobre esta.

Neste trabalho daremos aos objetivos da área de Ciências Humanas já que a temática referente a este já que a temática aqui é pensada para esta área. De acordo com o BNCC faz parte da área de Ciências Humanas as disciplinas de História e Geografia, Filosofia e Sociologia também na BNCC foi acrescida a área a disciplina de Ensino Religioso, que segundo o documento tem uma proximidade com os estudos da área, de acordo com o seu caráter histórico e filosófico. (BRASIL, p. 236) A escola é obrigada a ofertar o ensino religioso, mas sua matrícula é facultativa. De acordo com BNCC é papel da área de Ciências Humanas:

Na Educação Básica, as Ciências Humanas possibilitam às pessoas a reflexão sobre sua própria experiência, sobre a valorização dos direitos humanos, sobre a autonomia individual e sobre a responsabilidade coletiva com o meio ambiente e com o cuidado do mundo a ser herdado por futuras gerações. (BRASIL, P.236)

Um dos primeiros objetivos gerais da área de Ciências Humanas para o Ensino Médio no BNCC é a compreensão da “sociedade como fruto da ação humana que se faz e refaz historicamente” (BRASIL, p.240). Problematizar a construção das relações desiguais sociais baseadas na cor, assim também como do racismo é justamente mostrar como o preconceito na nossa sociedade contra a cultura afro-brasileira e conseqüentemente a visão negativa que se tem das religiões de matriz africana é fruto da ação humana e que, portanto é produto de um processo histórico.

Entre os conteúdos programáticos do BNCC nós temos o que se refere ao reconhecimento da pluralidade da origem da população brasileira, manifesta por meio de sua diversidade cultural,



essa proposta se mostra contraditória pois como foi colocado por Elizabeth Macedo (2014) o caráter homogenizador que tende a padronizar o currículo do BNCC não abre espaço para as especificidades locais, portanto não dialoga com a diversidade. Já que nesta pesquisa os questionários foram realizados com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, selecionamos aqui um dos conteúdos propostos para este, que tem em vista a valorização e promoção do respeito às culturas africanas, afro-americanas (povos negros das Américas Central e do Sul) e afro-brasileiras, percebendo os diferentes sentidos, significados e representações de ser africano e de ser afro-brasileiro (p.261).³

Considerando este conteúdo, atentamos para a educação para as relações étnico-raciais, já que a religião é uma prática cultural, o documento dialoga com as leis n° 10.639/2003⁴ e a n° 11.645/08⁵ pois destaca a valorização e a promoção do respeito com a cultura afro-brasileira e ameríndia. O BNCC vem reforçar o que as leis determinam como obrigatório, atentando para o fato de como é necessário enfatizar tais questões, considerando que a implementação das leis ainda precisa avançar. Como observamos após da realização dos questionários, nossos alunos ainda não sabem nem qual o significado do termo “religião de matriz africana” mesmo após treze anos de aprovação das leis ainda temos a ausência da temática em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da educação para as relações para as relações étnico-raciais é possível considerar uma nova prática pedagógica que estabeleça um diálogo entre as diferenças em sala de aula. Para que se enfoque como estes estereótipos foram criados a partir de um processo histórico e quais os interesses que haviam por trás da intenção de negativizar e demonizar as religiões de matriz africana. Acreditamos que a educação para as relações étnico-raciais é a base para trazer a luz questões como esta, que estão calcadas em nossa sociedade e que tendem a serem naturalizadas no discurso monocultural e dominador.

Existe dentro da escola um silêncio com relação à discussão sobre a temática das religiões de matriz-africana, a partir do desconhecimento do termo pela grande maioria dos trinta e quatro alunos entrevistados isto fica evidente. Precisamos favorecer uma cidadania crítica e participativa onde os cidadãos e cidadãs se implicam na dinâmica da sociedade. É necessário que a prática

³ Código do conteúdo: CHH1MOA016

⁴ Que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira.

⁵ Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena



educativa questione, identifique e desconstrua nossas suposições, promova experiências de interações, forme sujeitos de direitos, favoreçam o empoderamento e dessa forma contribuir para a afirmação da dignidade humana (AKKARI e SANTIAGO; 2015).

É necessário promover uma prática educativa inclusiva onde os sujeitos praticantes dessas religiões se sintam parte do currículo ideal e do real. Por isso compreendemos a importância da educação para as relações étnico-raciais no que se refere à problematização esta temática nas escolas, com a comunidade escolar, oferecendo o suporte necessário para que a escola se torne o lugar da desconstrução dos estereótipos negativos, do racismo, e para a construção a alteridade e o respeito à diversidade religiosa e liberdade de culto neste país. Nisto não nos referimos apenas às religiões de matriz africanas mais da diversidade religiosa como um todo, pra que desta forma a educação cumpra seu papel de formadora de cidadãos críticos e de promoção de uma sociedade inclusiva.

ANEXOS:

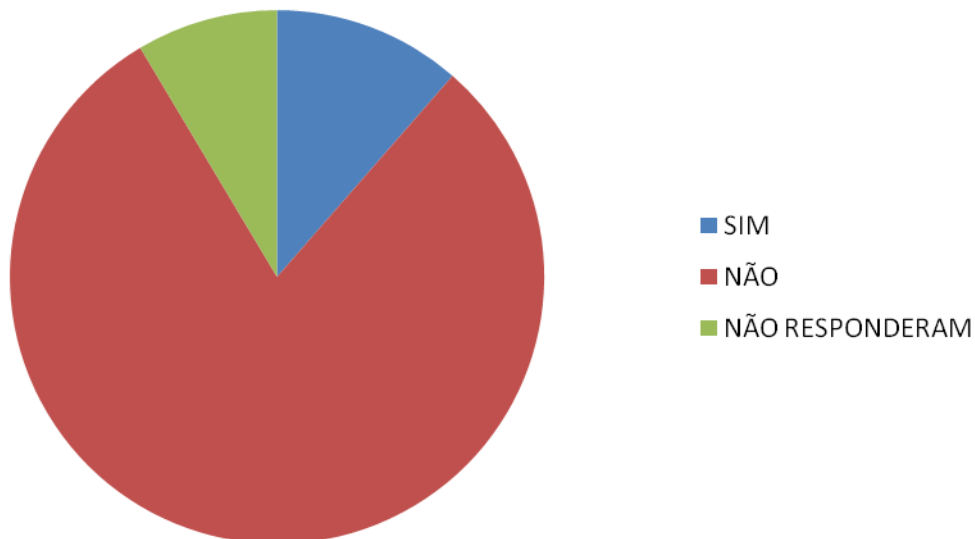
QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ALUNOS:

1. Qual sua idade?
2. Que ano escolar você está?
3. Você sabe o que quer dizer o termo “religião de matriz africana”?
4. Marque com um (X) as religiões abaixo que você conhece ou já ouviu falar:
 Candomblé
 Umbanda
 Tambor de Mina maranhense
 Xangô Pernambucano
 Batuque Gaúcho
 Jurema
 Toré
 Catimbó
 Pajelança
 Nenhuma
5. Escreva a primeira palavra que vem a sua cabeça ao falar dessas religiões?
6. Você conhece alguém que pratica alguma dessas religiões?
7. O que você sabe sobre as religiões citadas na pergunta número 4?

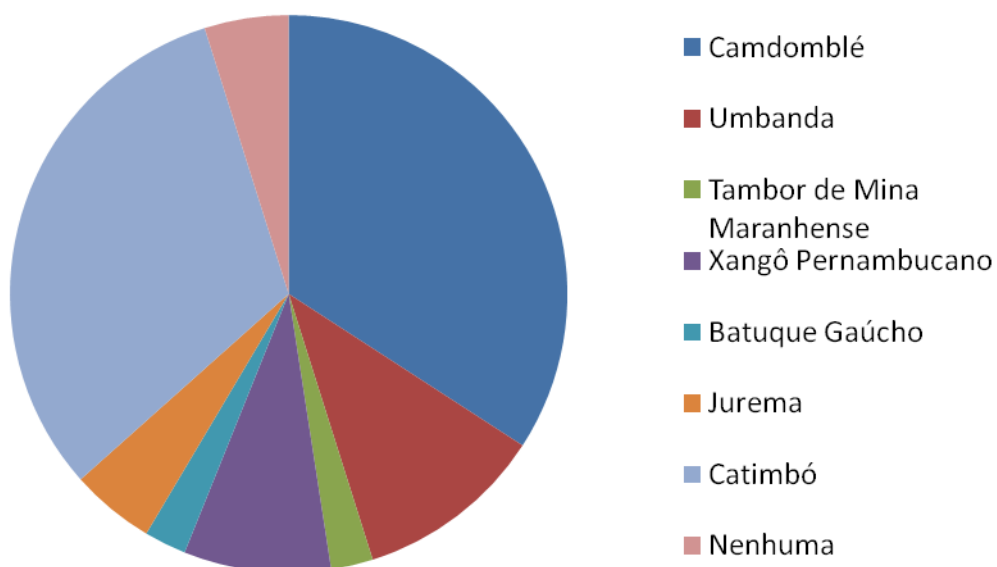


GRÁFICOS DE ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS:

Você sabe o que quer dizer o termo "Religião de Matriz Africana"?

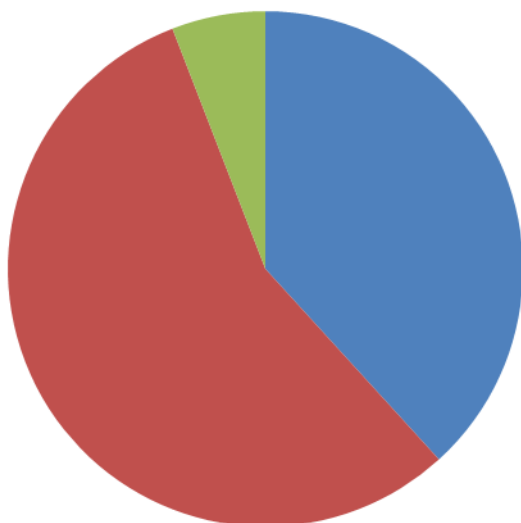


Marque com um X as religiões listadas abaixo que você já ouviu falar:





Você conhece alguém que pratica alguma dessas religiões?



- SIM
- NÃO
- NÃO RESPONDERAM





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKARI, Abedeljalil.; SANTIAGO, Mylene Cristina. **Diferença na educação: do preconceito ao reconhecimento.** Revista Teias, v.16, n.40, 28-41, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum.** Ministério da Educação. Brasília, 2015.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2013.

CANAU, Vera Maria.; SCAVINO, Susana Beatriz . **Educação temas em debate.** Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: Saberes para os professores, fazeres para os alunos.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda., 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.) **Diversidade religiosa e direitos humanos: conhecer, respeitar e conviver.** Blumenau: Edifurb, 2013.

GALLO, Sílvio. **Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença.** Congresso Internacional Cotidiano: diálogos sobre diálogos, 2008.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: Novas Formas de Sociabilidade Produzindo Sentidos Para Educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.2014

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e CANAU, Vera Maria. **Educação Escolar e Cultura(s): construído caminhos.** Revista Brasileira de Educação, 2003. P.156-168.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SANTOS, Sônia Maria dos e ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. **História oral: vozes, narrativas e textos.** *Cadernos de História da Educação* – nº 6 – jan./dez. 2007. P. 191-201.